



**IV CINTEDI**

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

## INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO SUPERIOR NOS TRABALHOS DOS ANAIS DO CINTEDI DE 2018 E 2020

Adriana Moreira de Souza Corrêa <sup>1</sup>  
Egle Katarinne Souza da Silva <sup>2</sup>  
José Lucas de Oliveira <sup>3</sup>  
Erica Dantas da Silva <sup>4</sup>

### RESUMO

A pesquisa em tela busca analisar as pesquisas que versam sobre a inclusão do surdo no ensino superior publicadas nas edições do Congresso Internacional de Educação Inclusiva dos anos de 2018 e 2020. Para tanto, realizamos uma busca, no dia 10 de setembro de 2021, nos anais do evento e refinamos 9 textos: 7 trabalhos completos e 2 resumos expandidos. A pesquisa foi delineada a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura, uma pesquisa bibliográfica, exploratória e com dados analisados em uma abordagem qualitativa. Como resultados identificamos que as pesquisas abordaram 3 regiões do país (norte, nordeste e sudeste) e que confluem no sentido de identificar a necessidade de cursos que abordem de métodos e materiais pautados na visualidade, bem como proporcionem o ensino de Libras à comunidade acadêmica. Além disso, orienta que é preciso identificar as características dos surdos para o desenvolvimento de ações afirmativas que busquem subsidiá-los na superação das dificuldades de acesso aos materiais e participação nas atividades promovidas pela instituição.

**Palavras-chave:** Inclusão, Ensino Superior, Surdo.

### INTRODUÇÃO

O objetivo da educação é promover o aprendizado dos estudantes e, para isso, requer que as instituições compreendam as barreiras e as formas de promover atividades didáticas que viabilizem o desenvolvimento e a construção do conhecimento de todos os educandos. Para tanto, o sistema educacional brasileiro prevê a oferta da educação especial, a fim de oferecer serviços, utilizar estratégias, selecionar as tecnologias, reorganizar o espaço escolar entre outras atividades que promovam a participação equânime dos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEEs). Essa modalidade da educação que perpassa os níveis, etapas e outras modalidades de ensino se configura como os serviços que permitem a oferta da educação inclusiva nas diversas instituições de ensino (BRASIL, 2011).

<sup>1</sup> Mestra em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, profesora de Libras da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, *campus* Cajazeiras. [adriana.korrea@gmail.com](mailto:adriana.korrea@gmail.com);

<sup>2</sup> Mestra em Sistemas Agroindustriais no Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar - CCTA da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [eglehma@gmail.com](mailto:eglehma@gmail.com).

<sup>3</sup> Graduando em matemática pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [juselucas@gmail.com](mailto:juselucas@gmail.com);

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia pela UFCG, [ericadantasdasilva70@gmail.com](mailto:ericadantasdasilva70@gmail.com);



Contudo, além da busca pela oferta das adaptações e serviços oferecidos dispostos na legislação e na literatura científica, é necessário entendermos as dificuldades apresentadas pelos estudantes que frequentam esses espaços educacionais. Nesse trabalho, o foco de interesse é o estudante surdo, caracterizado como uma minoria linguística usuária da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e, portanto, constrói e expressa a sua percepção de mundo pela visualidade (BRASIL, 2005). Desse modo, esses estudantes precisam de adaptações para que a Libras, as estratégias de comunicação e de construção do conhecimento de maneira visual se reflitam em ações de acolhimento e de ensino nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Em face do exposto, buscamos compreender, a partir dos textos dos anais das edições de 2018 e 2020 do Congresso Internacional de Educação Inclusiva (CINTEDI), as limitações no acesso e permanência dos estudantes surdos que frequentam ou que concluíram o ensino superior, bem como as estratégias que possibilitaram a superação das adversidades que se apresentaram a eles no acesso aos serviços oferecidos pelas IES.

Para isso, foi realizada uma Revisão Sistemática da Literatura pautada nos dados presentes nos referidos anais do CINTEDI e, mediante as análises, foram selecionados 7 trabalhos completos e 2 resumos expandidos para compor as discussões. Essa pesquisa, segundo os pressupostos de Prodanov e Freitas (2013), se configura como uma pesquisa exploratória quanto aos objetivos, bibliográfica quanto ao procedimento de coleta de dados e os dados são analisados em uma abordagem qualitativa.

O trabalho é organizado em cinco seções: introdução, discussões sobre a inclusão do surdo no ensino superior, metodologia, a análise do *corpus* e as considerações finais. Esse escrito descreve diferentes abordagens de pesquisa que envolvem a pesquisa documental, bibliográfica, análise da percepção de surdos e de ouvintes (professores e alunos) sobre o processo inclusivo de surdos no ensino superior.

## **INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO SUPERIOR**

De acordo com os dados do Ministério da Educação (MEC), em 2006, a progressão do ingresso de estudantes surdos no ensino superior, que em 2003, era de 665 surdos, aumentou significativamente em 2005, quando foram identificados 2.428 surdos matriculados em IES públicas e privadas brasileiras (BRASIL, 2006).

Quatro anos antes da divulgação desse documento, em 2002, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e Resolução do CNE/CP nº 1 (BRASIL, 2002) previa que as IES deveriam organizar o currículo de formação de professores para o ensino de pessoas com NEE no ensino

superior. Em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o MEC, o Ministério da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que visou fomentar o desenvolvimento de ações afirmativas inclusivas de acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior (BRASIL, 2007<sup>5</sup>).

Em 2010, foi instituído pelo Decreto nº 7.234, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que teve como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior na esfera Pública Federal (BRASIL, 2010). Em 2011, o Decreto nº 7.611 assegurou o apoio técnico e financeiro para a implantação dos núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior com vista a eliminação das barreiras - físicas, de comunicação e de informação - que restrinjam a participação e/ou o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011).

Na Política Nacional de Educação Especial (PNEE) publicada em 2020, os Núcleos de Acessibilidade são apresentados como:

[...] um espaço de apoio especializado oferecido em instituições de ensino superior, mediante serviços e recursos humanos, técnicos, tecnológicos e materiais disponibilizados por profissionais qualificados, quando demandados por educandos que sejam do público-alvo da educação especial. Destina-se principalmente à eliminação ou minimização de barreiras que restringem a possibilidade de plena participação do estudante no ambiente acadêmico e objetiva propiciar-lhe acessibilidade ao currículo (BRASIL, 2020, p. 76).

Diante da afirmação, notamos a pluralidade de recursos humanos, materiais e adaptações que são necessárias à promoção de espaços de socialização e de aprendizagem dos estudantes. No PNEE são explicitados os tipos de apoio e as ações voltadas ao próprio estudante e para os demais partícipes da comunidade acadêmica. O documento cita a orientação dos docentes e a formação continuada desses educadores; a orientação dos gestores nas tomadas de decisão para implementação de ações inclusivas voltadas aos estudantes com NEE; orientação dos colegas dos alunos com NEE da instituição e outros funcionários e colaboradores para a promoção da inclusão desses estudantes no ensino superior; a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão para visibilizar temáticas da educação especial; a formalização de parcerias que ampliem o desenvolvimento das ações; a garantia da presença de Tradutores Intérpretes da Libras/Língua Portuguesa (TILSP) para os estudantes surdos, entre outros.

---

<sup>5</sup> O Plano foi publicado em 2006, mas a edição do livro que retiramos a informação data de 2007.



Diante da análise desses documentos, compreendemos, assim como afirmam Santos e Nascimento (2018, p. 4), que a implementação da educação especial e a oferta da educação inclusiva nas IES pressupõem:

[...] transformações múltiplas, que vão desde as adaptações de infraestrutura, a formação de professores e até mesmo a uma sólida reforma no projeto político-pedagógico dos cursos, principalmente, no que tange à construção de uma estrutura curricular que possa contemplar princípios reais de uma nova proposta voltada para a diversidade”.

No que se refere aos estudantes surdos, entender as trajetórias de vida, as falhas anteriores do sistema escolar no desenvolvimento de atividades voltadas a esses estudantes (o aprendizado da linguagem, as condições de estudo disponibilizadas, o desenvolvimento do raciocínio lógico, as defasagens no aprendizado da leitura e da escrita, entre outras) são essenciais para planejar ações assertivas que contemplem as necessidades desses estudantes e contribuam para o seu desenvolvimento. No mesmo sentido, Ferreira, Almeida e Soares (2001) explicam que é necessário reconhecer, ainda, o desenvolvimento individual, a autonomia, a sua identidade e como esse estudante conduz as suas relações sociais.

Em síntese, várias adequações precisam ser implementadas. Sobre isso, Foster, Long e Snell (1999) ao analisarem a inserção de surdos citam a necessidade de promoção de ações de integração do surdo à comunidade universitária pelo compartilhamento da Língua de Sinais e a oferta de serviços de apoio à aprendizagem. Essas são algumas das discussões que perpassam a inserção do surdo no ensino superior e, nesse texto, buscaremos ampliar o conhecimento sobre essas condições e as formas de superação dessas realidades, de maneira a promover condições equânimes de acesso e permanência de surdos no ensino superior.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa em tela se contitui em uma Revisão Sistemática da Literatura, uma pesquisa que se caracteriza por ser “[...] um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis” (GALVÃO; PEREIRA, 2014, p. 183). Desse modo, trata-se de uma investigação com objetivo exploratório (PRODANOV; FREITAS, 2013), tendo em vista que permite ao investigador analisar os argumentos, os métodos e as abordagens de análise que os pesquisadores deram a um objeto estudo.



Para tanto, empreendemos as etapas delineadas por Galvão e Pereira (2014), que são: 1) definição do objetivo da pesquisa; 2) composição do *corpus* (textos de análise) na investigação; 3) a análise dos dados; 4) a avaliação da qualidade das informações a partir da análise do percurso metodológico; 5) a síntese dos dados; 6) a avaliação da qualidade das evidências; 7) produção do texto e publicação dos resultados. Os dados oriundos dessas análises foram discutidos por meio de uma abordagem qualitativa.

Definido o objeto da pesquisa, que é a inclusão do surdo no ensino superior, iniciamos a composição do *corpus*. Assim, no dia 10 de setembro de 2021, realizamos uma busca utilizando a seleção por título de trabalhos nos anais digitais do CINTEDI das edições 2018 e 2020. Utilizamos a palavra-chave “surdo” e analisamos os títulos que apresentavam indícios de que as pesquisas foram realizadas no ensino superior. Para aquelas que não apresentavam delineamento claro do nível educacional analisado, além do título, procuramos informações no resumo e, caso fosse necessário, na leitura do trabalho completo.

A busca retornou 29 textos dos anais de 2020 e 64 dos anais de 2018. Após a primeira leitura, ao analisar a pertinência dos textos para o alcance do objetivo, um dos textos refinados na busca de 2020 foi excluído em função de descrever a intenção do que se pretende realizar, mas desconsiderar a apresentação das considerações finais. Com a aplicação dos critérios supracitados, selecionamos os trabalhos que versam sobre o ensino superior e compusemos o *corpus* com 1 texto de 2020 e 8 textos de 2018 totalizando 9 trabalhos.

A seguir, apresentamos os textos selecionados, as características de cada produção e as análises pautadas nas seguintes categorias: tipo de publicação (resumo expandido ou trabalho completo), locais, IES analisadas, metodologia e conclusões.

## **INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO SUPERIOR NOS ANAIS DO III E IV CINTEDI**

O primeiro resultado que podemos elencar é o baixo número de pesquisas que versam sobre o ensino superior. Para compreender os desafios e as possibilidades apresentadas nos trabalhos dos anais do CINTEDI, edição 2018 e 2020, compusemos o *corpus* com as seguintes categorias: Resumos Expandidos (RE) e Trabalhos Completos (TC):



Nº	Ano	Título	Local	Tipo
1	2020	Educação de pessoas surdas no contexto da educação profissional: análise da política de inclusão do Instituto Federal de Educação da Bahia	IFBA	TC
2	2018	A Língua Brasileira de Sinais: implicações na educação online para surdos	Sem local/ instituição	TC
3	2018	Perspectivas dos professores surdos sobre a comunicação administrativa na UFRRJ	UFRRJ	RE
4	2018	Educação de surdos: a isonomia legislativa para ingresso nas instituições federais de educação a partir da vigência da Lei Federal n.º 13.409/2016	Sem local/ instituição	TC
5	2018	Curso de extensão de português como segunda língua (L2): a concepção dos alunos surdos	IFRN	TC
6	2018	Vida acadêmica dos surdos – importância do conhecimento da Libras para ouvintes	Campina Grande - PB <sup>6</sup>	TC
7	2018	Estudantes surdos no Ensino Superior: reflexões sobre a inclusão	UFPE	TC
8	2018	A inclusão do aluno surdo no ensino superior: experiência na Universidade Federal do ACRE	UFAC	TC
9	2018	Aluno surdo e aulas práticas: uma possibilidade no curso de Pedagogia	Uninassau	RE

**Fonte:** Próprios autores (2021).

Diante das informações do Quadro 1, notamos que predominam as pesquisas publicadas no formato de trabalho completo e presentes nos anais de 2018. Entre elas, 3 pesquisas versam sobre as Universidades Federais (UF), 2 abordam questões relativas aos Institutos Federais (IF) e sobre as universidades particulares há apenas uma pesquisa. Uma das pesquisas indica a cidade, mas a informação da(s) universidade(s) dos participantes foi suprimida.

As regiões do país descritas no trabalho são três: sobre a Região Norte, há 1 investigação realizada na Universidade Federal do Acre (UFAC); sobre a Região Nordeste, há 5 investigações sendo 1 em Campina Grande (sem indicar a instituição), 1 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 1 no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), uma na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e 1 no Instituto Federal da Bahia (IFBA) - e, sobre a Região Sudeste, 1 investigação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Assim, a Região Nordeste se destaca pelo número de pesquisas considerando a região; e a Bahia se evidencia enquanto estado com maior quantidade de produções no período compreendido entre 2018 e 2020.

<sup>6</sup> Não informa a instituição.



Para apresentar as pesquisas, agrupamos por metodologia. Na categoria 1, foram apresentadas as 4 pesquisas em documentos existentes. Inicialmente são relatadas as 3 pesquisas bibliográficas e, em seguida, a única pesquisa documental. A segunda categoria abrange as pesquisas elaboradas a partir da elaboração de questionário (1 pesquisa) e entrevistas (3 pesquisas). Por fim, na terceira categoria, há 1 pesquisa proveniente de um estudo de caso.

Na categoria 1, que trata de pesquisas com base em documentos existentes: 3 foram publicadas em 2018 e 1 em 2020. A única pesquisa refinada que foi publicada em 2020, é intitulada de **Educação de pessoas surdas no contexto da educação profissional: análise da política de inclusão do Instituto Federal de Educação da Bahia**, de autoria de Daniel Neves dos Santos Neto. Trata-se de uma investigação de base documental, qualitativa, com dados analisados técnica da Análise de Conteúdo Definicional e na Análise do Conteúdo de Bardin, que teve como objetivo analisar a política de inclusão do Instituto Federal de Educação da Bahia aprovada em 2017.

Como resultados, o autor elenca que o referido documento organiza suas seções a partir dos tipos de acessibilidade: atitudinal, pedagógica, arquitetônica, nos transportes, digital, na comunicação e na informação. O autor destaca ainda a formação continuada de educadores, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), inserção de adaptações curriculares, a garantia do TILSP, a revisão orçamentária para a contratação de profissionais na área, a promoção de cursos de Libras de sinalização em Libras e a instalação de campainhas visuais.

A segunda, que recebeu o título de **A Língua Brasileira de Sinais: implicações na educação online para surdos**, é de autoria de Verônica Alves dos Santos Conceição, Josué Leite Conceição, Débora Araújo Leal, Maria Salete Peixoto Gonçalves e Cristiane Magalhães Porto e teve como objetivo investigar o uso de Libras no ensino de surdos em contextos de educação *on-line*. É uma investigação bibliográfica com dados analisados qualitativamente.

Os autores discorrem sobre a relevância do surdo estar inserido em situações comunicativas no meio digital e apresentam recursos digitais para o trabalho com surdos, tais como: o aplicativo SELOS, que possibilita a associação de figura e texto para aquisição de vocabulário; o *Sign Talk*, um aplicativo de bate papo voltado para a interação de surdos e ouvintes; o *Sign Writing*, um aplicativo de escrita de sinais; e o tradutor automático Libras Português *Hand Talk*. Diante disso, os pesquisadores concluem que esses recursos favorecem a aprendizagem à medida que inserem imagens e outros recursos verbais e não verbais para a ampliação do repertório linguístico do surdo em Libras e em Língua Portuguesa.

A terceira, intitulada **Perspectivas dos professores surdos sobre a comunicação administrativa na UFRRJ**, é o único resumo expandido presente nessa categoria e foi



produzido por Tâmara França de Almeida Magalhães, Zenilde Nery da Silva Melo e Cheila Freires Chaves. O trabalho apresentou a base teórica de uma pesquisa em andamento, composto por uma pesquisa bibliográfica que, segundo as autoras, permitiu o entendimento da necessidade de ações que permitam a comunicação da comunidade acadêmica com a pessoa surda e evidenciam a necessidade de ampliação da quantidade de TILSP dessa IES.

A quarta, intitulada **Educação de surdos: a isonomia legislativa para ingresso nas instituições federais de educação a partir da vigência da Lei Federal n.º 13.409/2016**, escrita por Hamilton Carvalho da Silva, objetivou o estudo dos documentos que viabilizam o ingresso de estudantes surdos em instituições superiores públicas e os direitos que garantem o princípio constitucional de igualdade de oportunidades. Para tanto, realizou uma pesquisa bibliográfica e, além da lei, analisou os dados dos surdos matriculados nas IES bem como as cotas de acesso ao ensino superior inserida pela legislação supracitada. Para o autor, as cotas devem ser implementadas de maneira conjunta com as políticas de igualdade de condições de acesso às oportunidades na educação básica, pois, se aplicada isoladamente, é incapaz de minimizar a desigualdade histórica vivenciada por esse grupo social.

Na categoria 2, agrupamos as investigações oriundas de aplicação de questionários ou entrevistas. A primeira pesquisa que envolve a aplicação de questionário é intitulada **Curso de extensão de português como segunda língua (L2): a concepção dos alunos surdos**, foi realizada por Marcilene França da Silva Tabosa, Márcia de França da Silva, Gabriela Rodrigues Ferreira, Tatiana Carolaine da Silva Gomes e orientada pela Profª Drª Vanessa Gosson Gadelha de Freitas Fortes, e tem como objetivo identificar as contribuições desse curso oferecido pelo IFRN para os alunos surdos.

As pesquisadoras desenvolveram uma pesquisa quanti-qualitativa, com a aplicação de questionário estruturado, composto por 3 questões dissertativas e 3 de múltipla escolha, aplicadas com 13 surdos. A interpretação desse instrumento foi realizada por um TILSP. Como resultados, os pesquisadores identificaram que os surdos consideram relevante aprender a Língua Portuguesa, contudo, eles têm dificuldades em participar de cursos que atendam as especificidades de ensino de Português como segunda língua para surdos. Como desdobramentos, as autoras destacam a aprovação de 3 surdos em cursos da UFRN e do IFRN.

Entre as investigações realizadas mediante entrevista, temos a segunda pesquisa dessa categoria denominada **Vida acadêmica dos surdos: importância do conhecimento da Libras para ouvintes**, de autoria de Valdenice Elaine dos Santos Clementino, Maria Karoline Nóbrega Souto Dantas e Lucivânia Maria Cavalcanti Ferreira. A investigação objetivou apresentar desafios encontrados por estudantes surdos de Campina Grande/PB, a partir de entrevistas a um



surdo e um ouvinte. Essas entrevistas foram semiestruturadas e analisadas qualitativamente. Como resultados, as pesquisadoras destacam a importância dos ouvintes utilizarem a Libras para mediar as interações e o aprendizado dos surdos em sua jornada acadêmica.

A terceira pesquisa, intitulada **Estudantes surdos no ensino Superior: reflexões sobre a inclusão**, de autoria de Ricardo Manoel de Oliveira Ferreira, tem como objetivo compreender a vivência dos universitários surdos que frequentaram, na educação básica, as escolas bilíngues.

Trata-se de uma pesquisa em que a coleta de dados ocorreu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, com três mulheres e dois homens, com idade entre 21 e 27 anos, matriculados em cursos de graduação por, no mínimo, 3 meses. Essas entrevistas foram aplicadas por uma estudante surda, gravadas em vídeo e, posteriormente, traduzidas para a Língua Portuguesa. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo e, como resultados, o pesquisador elenca a necessidade da universidade conhecer a trajetória anterior do surdo, de promover ações de discussão sobre a pessoa surda, de ofertar cursos de Libras e de metodologia de ensino de surdos para professores, além de garantir a presença do TILSP nas ações de ensino e socialização presentes na universidade.

A quarta pesquisa, intitulada **A inclusão do aluno surdo no ensino superior: experiência na Universidade Federal do ACRE**, de autoria de Maria Aldenora dos Santos e Élide Furtado do Nascimento, objetiva analisar a inclusão no Campus Floresta da UFAC, com vista a entender os desafios e as possibilidades dessa modalidade de ensino.

Para isso, as investigadoras entrevistaram seis alunos surdos e quatro professores dos cursos de Pedagogia e de Espanhol e os dados foram analisados em uma abordagem qualitativa. Como resultados, os pesquisadores afirmam que os docentes elencam a insuficiência de formação continuada para aprender a Libras, utilizar metodologias e produzir recursos didáticos voltados ao ensino de surdos. Os estudantes surdos, por sua vez, explicam que o TILSP é a única modificação nas práticas de ensino e que as aulas são ministradas sem as adaptações necessárias ao aprendizado do surdo, como os elementos da visualidade nos materiais didáticos.

No que se refere à instituição, os autores destacam as seguintes ações afirmativas: Programa de Monitoria para Apoio ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades ou Superdotação (PROMAED) e o Programa de Tutoria para Apoio ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades ou Superdotação (PROTAED) que buscam subsidiar os alunos pedagogicamente. Há ainda a oferta do AEE, de TILSP para as atividades desenvolvidas na instituição e de uma bolsa de auxílio financeiro para os alunos com deficiência no valor de 400 reais. As autoras concluem que a diferença linguística é a maior barreira ao acesso e ao



aprendizado dos estudantes, portanto, faz-se necessária a implementação de ações que busquem visibilizar e ensinar a Libras à comunidade acadêmica.

Na categoria 3, há um resumo expandido composto por uma pesquisa apresentada como qualitativa, mas, ao ler o documento na íntegra, entendemos que se trata de um estudo de caso. A pesquisa intitulada **Aluno surdo e aulas práticas: uma possibilidade no curso de Pedagogia**, de autoria de Thays Evelin da Silva Brito, Kátia Farias Antero e Nayara Paloma Vieira Galdino, objetivou discutir as possibilidades de participação de uma aluna surda em atividades práticas desenvolvidas em uma aula do curso de Pedagogia. Os dados foram coletados através do registro das pesquisadoras e de fotografias realizadas durante a produção de um jogo matemático. Como resultados, as autoras indicam que a mediação do professor é fundamental para a participação da estudante, tendo em vista que as atividades precisam ser planejadas pautadas na construção do conhecimento pela visualidade.

Notamos que as pesquisas são, predominantemente qualitativas e enfocam diferentes aspectos das IES, como a gestão, a compreensão e prática de educadores sobre o processo inclusivo do surdo, bem como a percepção do estudante surdo sobre as suas dificuldades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das pesquisas que versam sobre a inclusão do surdo no ensino superior nos anais do CINTEDI ainda são ínfimas, quando comparadas com o número total de investigações que discorrem sobre essa minoria linguística.

Notamos que as pesquisas revelam realidades de diferentes regiões e IES, englobando as UFs, os IFs e uma instituição particular. Os métodos e instrumentos para analisar as realidades são diversos e nos permitem entender o objeto sob diferentes nuances. Os dados são coletados, a partir da visão do participante, como questionários e entrevistas, ou do pesquisador, como a observação direta no Estudo de Caso bem como nas análises documental e bibliográfica.

As pesquisas permitiram ampliar o olhar sobre o tema, ao desvelar essas realidades e entender que a inclusão do surdo parte da compreensão das suas singularidades de apreensão do mundo, como a experiência visual e o uso da Libras e que, para isso, as IES precisam investir em diferentes ações afirmativas que compreendem desde a consituição de documentos de orientação, oferta de profissionais e serviços, formação continuada para ensino e atendimento dos surdos, discussão sobre o surdo e a Libras com a comunidade acadêmica e oferta de cursos de Libras. Desse modo, entendemos que deve partir de ações integradas que modifiquem a cultura acadêmica e favoreçam a participação dessa minoria linguística.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf) Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Evolução da educação especial no Brasil**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf> Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm) Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. **Decreto 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**/Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP, 2020.

BRITO, T. E da S.; ANTERO, K. F.; GALDINO, N. P. V. Aluno surdo e aulas práticas: uma possibilidade no curso de pedagogia. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2018. p. 1 – 4.

CLEMENTINO, V. E dos S.; DANTAS, M. K. N. S.; FERREIRA, L. M. C. Vida acadêmica dos surdos – importância do conhecimento da Libras para ouvintes. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2018. p. 1 – 11.

CONCEIÇÃO, V. A. dos S. *et al.* A língua brasileira de sinais: implicações na educação online para surdos. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2018. p. 1 – 8.



FERREIRA, J. A.; ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. C. Adaptação acadêmica em estudante do 1º ano: diferenças de gênero, situação de estudante e curso. **PsicoUSF**, Itatiba, v. 6, n. 1, p. 1-10, jan. 2001.

FERREIRA, R. M. de O. Estudantes surdos no ensino Superior: reflexões sobre a inclusão. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2018. p. 1 – 12.

FOSTER, S.; LONG, G.; SNELL, K. Inclusive instruction and learning for deaf students in postsecondary education. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, Oxford, v. 4, n. 3, p. 225 - 235, Summer, 1999.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para a sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183 - 184, jan-mar, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ress/v23n1/2237-9622-ress-23-01-00183.pdf> Acesso em: 1 set. 2021.

MAGALHÃES, T. F. de A.; MELO, Z. N. da S.; CHAVES, C. F. Perspectivas dos professores surdos sobre a comunicação administrativa NA UFRRJ. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2018. p. 1 – 4.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, M. A.; NASCIMENTO, E. F. A inclusão do aluno surdo no ensino superior: experiência na Universidade Federal do ACRE. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2018. p. 1 – 11.

SANTOS-NETO, D. N. Educação de pessoas surdas no contexto da educação profissional: análise da política de inclusão do Instituto Federal de Educação da Bahia. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 4., 2020, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2020. p. 1 – 12.

SILVA, H. C. Educação de surdos: a isonomia legislativa para Ingresso nas instituições federais de educação a partir da vigência da lei federal n.º 13.409/2016. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2018. p. 1 – 12.

TABOSA, M. F. da S. et al. Curso de extensão de português como segunda língua (L2): a concepção dos alunos surdos. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2018. p. 1 – 11.

